1º OFICIO nº. 01/2024

CORNÉLIO PROCÓPIO, 10 DE DEZEMBRO DE 2024.

Á PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BARBARA - PR AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

PEDIDO DE RECUSA CONTRATUAL

A EMPRESA PAULO ROBERTO MOREIRA EPP INSCRITA NO CNPJ Nº. 11.214.840/0001-73 COM SEDE NA RUA JOÃO HENRIQUE JAQUETA № 10, JARDIM DOS PIONEIROS, CORNÉLIO PROCÓPIO/PR - CEP 86300-000, REPRESENTADA PELO SR. PAULO ROBERTO MOREIRA GERENTE ADMINISTRATIVO, VEM PELO PRESENTE APRESENTAR A RECUSA EM FIRMAR NOVO CONTRATO COM REF.AO CREDENCIAMENTO Nº 4/2024 - INEXIGIBILIDADE N° 5/2024 . OBJETIVANDO NÃO HAVER NENHUM PREJUÍZO PARA ESSE ÓRGÃO MUNICIPAL TENDO EM VISTA QUE HÁ UMA EMPRESA JÁ PRESTANDO OS SERVIÇOS CORRENTES AO REF. CREDENCIAMENTO № 4/2024 - INEXIGIBILIDADE N° 5/2024 .

ASSIM ATRAVÉS DESTE PEDIMOS A COMPREENSÃO E O DEFERIMENTO DO OFICIO AQUI SOLICITADO.

SEM MAIS PARA O MOMENTO, ANTECIPO MEUS AGRADECIMENTOS.

PAULO ROBERTO MOREIRA:03836439964 Dados: 2024.12.10 17:51:43 -03'00'

Assinado de forma digital por PAULO ROBERTO MOREIRA:03836439964

PAULO ROBERTO MOREIRA GERENTE ADMINISTRATIVO TELEFONE -(43) 991266165 EMAIL: PAUL_OZJR@HOTMAIL.COM



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA Secretaria Municipal de Assistência Social do Trabalho e Geração de Emprego C.N.P.J. N.º 19.560.789/0001-63

De: Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Emprego.	Nº 443/2024
Para: Secretaria de Administração/Setor de Licitações	Data: 11/12/2024
Assunto: Solicitação de geração de Contrato do Chamamento Público nº 01/2024.	

Mediante autorização desta Secretaria solicito que seja gerado o contrato do Credenciamento nº 04/2024 — Inexigibilidade de Licitação nº 05/2024, firmada com a empresa REGIANE DE FREITAS ROMÃO & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n°. 27.096.519/0001-71, que se refere a contatação de pessoa jurídica, para o desenvolvimento de atividades de formação, capacitação e instrução, para atuarem nas Oficinas Culturais, Oficinas de Artesanato, Oficinas com atividades físicas/esportivas, oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Emprego.

A contratação será para 04 (quatro) meses, com início na data de 30/12/2024, obedecendo ao estipulado nas cláusulas contratuais.

Item	Código do produto/ serviço	Descrição do Produto/Serviço	Unidade de Medida	Quant.	Preço Unitário	Preço Total	Fonte de Recurso
1	11630	Orientador Social para 16 (dezesseis) horas semanais com disponibilidade para horários alternativos conforme o planejamento da Secretaria de Assistência Social/CRAS. A atuação do profissional será junto ao(s) grupo(s) do SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, sendo responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático que tenha habilidades com	MESES	3,00	R\$ 2.741,66	R\$ 8.224,98	741



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA Secretaria Municipal de Assistência Social do Trabalho e Geração de Emprego

C.N.P.J.	N.º 19.	560.789	0001-63
----------	---------	---------	---------

		artesanatos em geral, costura, entre outros para o trabalho de grupos. Formação mínima: Ensino Médio Completo					
2	11631	Educador Físico para 16 (dezesseis) horas semanais com disponibilidade para horários alternativos conforme planejamento da Secretaria de Assistência Social/Cras. Com formação em Educação Física e habilidades para atividades esportivas e dança. Experiência com atividades de grupo.	MESES	3,00	R\$ 2.741,66	R\$ 8.224,98	787 Conta Bancária: 19791-2
3	11632	Instrutor de Música para 12 (doze) horas semanais com disponibilidade para horários alternativos conforme planejamento da Secretaria de Assistência Social/CRAS. Experiência com atividades de grupo para proporcionar contato	MESES	3,00	R\$ 2.056,23	R\$ 6.168,69	786
		com a música, acesso à iniciação musical e aos fundamentos da técnica de instrumentos musicais. Desenvolver noções básicas de linguagem musical. Estimular a sensibilidade e capacidade auditiva através do trabalho com repertório variado.					
4	11633	Ensino Médio Completo Instrutor de Fanfarra para 8 (oito) horas semanais com disponibilidade para horários alternativos conforme planejamento da Secretaria de	MESES	3,00	R\$ 1.370,80	R\$ 4.112,40	786

*

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA

⊴ Secretaria Municipal de Assistência Social do Trabalho e Geração de Emprego C.N.P.J. N.º 19.560.789/0001-63

Ensino Médio Completo TOTAL	R\$ 26.731,05	
Assistência Social/CRAS. Experiência com fanfarra para trabalhar com grupos de diversas faixas etárias.Desenvolver apresentações para datas comemorativas ou quando for solicitado pela Coordenação. Formação mínima:		

Atenciosamente;

Sylmara Aparecida Bontorim Valério

Secretária Municipal de Assistência Social do Trabalho e Geração de Emprego.

Portaria Nº 11/2024 – DOE – 01/02/2024

Recebido por:	Data:/

CORRESPONDÊNCIA INTERNA Nº 189/2024

Nova Santa Bárbara, 12/12/2024.

De: Setor de Licitações e Contratos

Para: Departamento de Contabilidade

Assunto: Contrato de Serviços de capacitação e instrução, para atuarem nas Oficinas Culturais, Oficinas de Artesanato, Oficinas com atividades físicas/esportivas.

Senhora Contadora:

Em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Emprego, solicito a Vossa Senhoria previsão orçamentária para que seja firmado contrato referente ao Credenciamento Nº 4/2024 - Inexigibilidade nº5/2024, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para o desenvolvimento de atividades de formação, capacitação e instrução, para atuarem nas Oficinas Culturais, Oficinas de Artesanato, Oficinas com atividades físicas/esportivas. O contrato acarretará custos adicionais para Administração num valor total de **R\$ 26.731,05** (vinte e seis mil, setecentos e trinta e um reais e cinco centavos).

Conforme informado pela Secretaria solicitante, as despesas serão custeadas com recursos das fontes 741, 786 e 787.

Sendo o que se apresenta para o momento.

Atenciosamente

Elaine Cristina Luditk dos Santos Setor de Licitações e Contratos

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

De: Departamento de Contabilidade

Para: Departamento de Licitação

ASSUNTO: Dotação orçamentária

Venho por meio desta, em resposta a Correspondência Interna nº 189/2024 que solicita Dotações Orçamentárias para que seja firmado contrato referente ao Credenciamento nº 4/2024 – Inexigibilidade nº 5/2024, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para o desenvolvimento de atividades de formação, capacitação e instrução, para atuarem nas Oficinas Culturais, Oficinas de Artesanato, Oficinas com atividades físicas/esportivas, encaminhar relatório anexo com a dotação solicitada.

Sendo o que se apresenta para o momento,

Atenciosamente,

Laurita de Souza Campos Almeida Contadora



Município de Nova Santa Bárbara - 2024

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 12/12/2024

Página:1

gão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)		alor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
09 Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Empregos	建 基金的企业。	35.000,00	122.000,00	60,813,50	61.186,50
002 Fundo Municipal de Assistência Social	35.000,00 35.000,00		25.627,31	9.372,69	
08.244.0400.2034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistencial Social		35.000,00	35.000,00	25.627,31	9.372,69
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
03030 E 00741 0934/09/06/06 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS		35.000,00	35,000,00	25,627,31	9.372,69
003 Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		0,00	45.000,00	5.206,23	39.793,77
08.243.0410.6035 Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	如整理和公司提供的原理。	0,00	45.000,00	5.206,23	39.793,77
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
03104 E 00786 0934/09/06/05/06 Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica - SUAS		0,00	0,00	0,00	0,00
03104 EA 00786 0934/09/06/05/06 Bloco de Financiamento da Proteção Social Basica - SUAS		0,00	45.000,00	5,206,23	39,793,77
004 Fundo Municipal do Idoso		0,00	42.000,00	29.979,96	12.020,04
08.241,0420.2037 Fundo Municipal da Pessoa Idosa		0,00	42.000,00	29.979,96	12.020,04
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
03211 E 00787 0900/09/06/05/05 Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9° - I.N RFB nº 1131/2011		0,00	0,00	0,00	0,00
03211 EA 00787 0900/09/06/05/05 Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9° - I.N RFB nº 1131/2011		0,00	42,000,00	29,979,96	12.020,04
	Total Geral	35.000,00	122.000,00	60.813,50	61.186,50

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 12/12/2024 Contas de despesa: 3030, 3104, 3211



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: REGIANE DE FREITAS ROMAO & CIA LTDA

CNPJ: 27.096.519/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n^o 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:45:02 do dia 28/06/2024 <hora e data de Brasília>. Válida até 25/12/2024.

Código de controle da certidão: 9B23.6C3F.AB09.C00D Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

Endereço:

27.096.519/0001-71

Razão

REGIANE DE FREITAS ROMAO 06773909988

Social:

R JOAO JURANDIR DE MORAES 141 SALA SALA / CENTRO / NOVA

SANTA BARBARA / PR / 86250-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/12/2024 a 01/01/2025

Certificação Número: 2024120305004890973680

Informação obtida em 12/12/2024 14:58:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.096.519/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCR CADAST		DATA DE ABERTURA 13/02/2017
OME EMPRESARIAL MARCOS ROBERTO SIL	VA E CIA LTDA		
TTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)		PORTE ME
código e descrição da ativi 35.99-6-04 - Treinamento	DADE ECONÓMICA PRINCIPAL em desenvolvimento profissional e ger	rencial	
85.91-1-00 - Ensino de es 85.92-9-01 - Ensino de da 85.92-9-02 - Ensino de ar 85.93-7-00 - Ensino de id 85.92-9-03 - Ensino de m 88.00-6-00 - Serviços de 93.19-1-99 - Outras ativid 85.99-6-99 - Outras ativid 90.01-9-99 - Artes cênica 85.50-3-02 - Atividades d 93.13-1-00 - Atividades d 93.19-1-01 - Produção e p 74.90-1-05 - Agenciamen 85.99-6-03 - Treinamento 85.92-9-99 - Ensino de ar	inça tes cênicas, exceto dança tes cênicas, exceto dança tiomas úsica assistência social sem alojamento ades esportivas não especificadas ante ades de ensino não especificadas ante s, espetáculos e atividades complemen e apoio à educação, exceto caixas esco e condicionamento físico promoção de eventos esportivos to de profissionais para atividades espor em informática te e cultura não especificado anteriorm ades profissionais, científicas e técnica	riormente tares não especificadas anto lares ortivas, culturais e artísticas ente	
ÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATU 06-2 - Sociedade Empre			
OGRADOURO R JOSE MENDES DE MO		NÚMERO COMPLEMENTO ********	
		MUNICÍPIO NOVA SANTA BARBARA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO EDSONCOSTA.CONTABI		TELEFONE (43) 3266-1529	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁV	EL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		1 1	TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 8/ 02/2017
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTR	VAL		Name of the second seco
The strain of th			

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 12/12/2024 às 14:53:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.096.519/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE	INSCRIÇÃO E D ADASTRAL	DE SITUAÇÃO DATA DE AB	
NOME EMPRESARIAL MARCOS ROBERTO SIL	VA E CIA LTDA			
	VIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS e espetáculos circenses, de m e espetáculos de dança			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATO 206-2 - Sociedade Empr o				
LOGRADOURO R JOSE MENDES DE MO	DRAES	NÚMERO 45	COMPLEMENTO *******	
CEP 86.250-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA SAN	TA BARBARA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO EDSONCOSTA.CONTAB	IL@YAHOO.COM.BR	TELEFONE (43) 3266-1	529	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ\ *****	/EL (EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇ 13/02/2017	ÇÃO CADASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL			DATA DA SITUAÇ	ÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 12/12/2024 às 14:53:10 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 27.096.519/0001-71 Certidão n°: 85889445/2024

Expedição: 12/12/2024, às 14:59:02

Validade: 10/06/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 27.096.519/0001-71, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 035558440-44

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 27.096.519/0001-71 Nome: REGIANE DE FREITAS ROMAO 06773909988

Estabelecimento sem registro no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 11/04/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA

ESTADO DO PARANÁ

Rua Walfredo Bittencourt de Moraes, 222 - Centro - CEP: 86250-000

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA Nº 496/2024

IMPORTANTE:

- 1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
- 2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 10/02/2025. SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS E REGISTROS, CERTIFICAMOS QUE: O CONTRIBUINTE NADA DEVE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA / LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA

INSCRIÇÃO EMPRESA: 873

CNPJ/CPF: 27.096.519/0001-71

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ: 862

ENDEREÇO: R JOSE MENDES DE MORAES, 45 - centro Nova Santa Bárbara - PR CEP: 86250000

CNAE / ATIVIDADES

Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente, Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas, Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente, Educação superior - graduação e pós-graduação, Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares, Ensino de esportes, Ensino de dança, Ensino de artes cênicas, exceto dança, Ensino de música, Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente, Ensino de idiomas, Treinamento em informática, Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente, Serviços de assistência social sem alojamento, Produção teatral, Produção musical, Produção de espetáculos de dança, Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares, Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente, Atividades de condicionamento físico, Produção e promoção de eventos esportivos, Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

Prefeitura Municipal de Nova Santa Bárbara Setor da Tributação



2° TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 4/2024 -INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2024

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), em meu Gabinete, eu Claudemir Valério, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, HOMOLOGO o resultado da ata da primeira reunião para análise da documentação do Chamamento Público/Credenciamento nº 4/2024 - Inexigibilidade de Licitação nº 5/2024, destinado contratação de pessoa jurídica, para o desenvolvimento de atividades de formação, capacitação e instrução, para atuarem nas Oficinas Culturais, Oficinas de Artesanato, Oficinas com atividades físicas/esportivas, oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Emprego, a favor da seguinte empresa credenciada e habilitada:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA CREDENCIADA	VALOR
2°	MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA,	R\$ 26.731,05
	inscrita no CNPJ nº 27.096.519/0001-71	

O referido credenciamento continua em aberto pelo período estipulado no Edital.

Registre-se, cumpra-se, publique-se e lavre-se o Contrato.

Claudemir Valério Prefeito Municipal

DECRETO N.º 87/2024

O Prefeito Municipal de Nova Santa Bárbara, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e conforme disposto na legislação deste Município, resolve:

Art. 1°- EXONERAR o Sr. FERNANDO OIZUMI ASHAKURA, portador do CPF n° ***.544.299-**, do cargo de MÉDICO, da Prefeitura Municipal de Nova Santa Bárbara, nomeado através do Decreto n° 77 de 27 de novembro de 2024, por não entrar em exercício, desistindo da vaga, conforme declaração apresentada em 12 de dezembro de 2024.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Nova Santa Bárbara, 12 de dezembro de 2024.

Claudemir Valério Prefeito Municipal

Edição: 2848/2024-|07| - Data 12/12/2024

2° TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO N° 4/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 5/2024

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), em meu Gabinete, eu **Claudemir Valério**, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, **HOMOLOGO** o resultado da ata da primeira reunião para análise da documentação do **Chamamento Público/Credenciamento nº 4/2024 - Inexigibilidade de Licitação nº 5/2024**, destinado contratação de pessoa jurídica, para o desenvolvimento de atividades de formação, capacitação e instrução, para atuarem nas Oficinas Culturais, Oficinas de Artesanato, Oficinas com atividades físicas/esportivas, oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Emprego, a favor da seguinte empresa credenciada e habilitada:

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA CREDENCIADA	VALOR
2°	MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA,	R\$ 26.731,05
	inscrita no CNPJ nº 27.096.519/0001-71	

O referido credenciamento continua em aberto pelo período estipulado no Edital.

Registre-se, cumpra-se, publique-se e lavre-se o Contrato.

Claudemir Valério

Prefeito Municipal

Edição: 2848/2024-|08| - Data 12/12/2024

DECRETO Nº 085/2024

Súmula: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial da quantia de R\$ 108.747,74 (cento e oito mil e setecentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Santa Bárbara, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei nº. 1.213 de 11 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um Crédito Adicional Especial da quantia de R\$ 108.747,74 (cento e oito mil e setecentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos), conforme a seguir especificado:

00 OFORTARIA MUNICIPAL DE ACCICTÊNCIA COCIAL DO TRADALHO E CERAÇÃO	DE EMPRESOS
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO TRABALHO E GERAÇÃO	DE EMPREGOS
002 – Fundo Municipal de Assistência Social	
98.244.0400.2034 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
3052 – 4.4.50.42.00.00 795 – Auxílios	6.800,00
3052 – 4.4.50.42.00.00 795 – Auxílios	1.540,00
3052 - 4.4.50.42.00.00 795 - Auxílios	100.407,74
TOTAL	109 747 74

Art. 2º - Como recurso para abertura do Crédito Adicional Suplementar efetuado pelo artigo anterior, é oferecido o cancelamento de dotações e o excesso de arrecadação.

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO TRABALHO E GERAÇÃO DE E	MPREGOS
002 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244.0400.2034 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
3084 – 4.4.90.52.00.00 795 – Equipamentos e Material Permanente	6.800,00
3084 – 4.4.90.52.00.00 795 – Equipamentos e Material Permanente	100.407,74

Contrato nº 114/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA E A EMPRESA MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INSTRUÇÃO, PARA ATUAREM NAS OFICINAS CULTURAIS, OFICINAS DE ARTESANATO, OFICINAS COM ATIVIDADES FÍSICAS/ESPORTIVAS, OFERECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO.

Ref. Credenciamento nº 4/2024 - Inexigibilidade n° 5/2024

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 95.561.080/0001-60, com endereço a Rua Walfredo Bittencourt de Moraes, 222, centro, Nova Santa Bárbara, Paraná, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Claudemir Valério, brasileiro, casado, portador do RG nº 4.039.382-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob. o nº 563.691.409-10, a seguir denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 27.096.519/0001-71, com endereço à Rua Jose Mendes de Moraes, 45 - CEP: 86250000 - Bairro: Centro, Nova Santa Bárbara/PR, neste ato representada pelo Sr. Marcos Roberto Silva, inscrito no CPF sob nº. 066.178.579-33, RG nº 10.893.574-0, a seguir denominado CONTRATADA, em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 4/2024, com base no art. 74, caput da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Contrato é contatação de pessoa jurídica, para o desenvolvimento de atividades de formação, capacitação e instrução, para atuarem nas Oficinas Culturais, Oficinas de Artesanato, Oficinas com atividades físicas/esportivas, oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Emprego, conforme tabela abaixo:

ITENS								
Lote	Ite m	Código do produto/ serviço		Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	11630	Orientador Social para 16 (dezesseis) horas semanais com disponibilidade para horários alternativos conforme o planejamento da Secretaria de Assistência Social/CRAS. A atuação do profissional será junto ao(s) grupo(s) do SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, sendo responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e		MESES	1,00	8.224,98	8.224,98

ESTADO DO PARANÁ

		democrático que tenha habilidades com artesanatos em geral, costura, entre outros para o trabalho de grupos. Formação mínima: Ensino Médio Completo					
LOTE: 001 -2 Lote 001	11631	Educador Físico para 16 Serv (dezesseis) horas semanais com disponibilidade para horários alternativos conforme planejamento da Secretaria de Assistência Social/Cras. Com formação em Educação Física e habilidades para atividades esportivas e dança. Experiência com atividades de grupo.	viços I	MESES	1,00	8.224,98	8.224,98
LOTE: 001 -3 Lote 001	11632	Instrutor de Música para 12 (doze) horas semanais com disponibilidade para horários alternativos conforme planejamento da Secretaria de Assistência Social/CRAS. Experiência com atividades de grupo para proporcionar contato com a música, acesso à iniciação musical e aos fundamentos da técnica de instrumentos musicais. Desenvolver noções básicas de linguagem musical. Estimular a sensibilidade e capacidade auditiva através do trabalho com repertório variado. Formação mínima: Ensino Médio Completo	viços 1	MESES	1,00	6.168,69	6.168,69
LOTE: 001 -4 Lote 001	11633	Instrutor de Fanfarra para 8 (oito) Servinoras semanais com disponibilidade para horários alternativos conforme planejamento da Secretaria de Assistência Social/CRAS. Experiência com fanfarra para trabalhar com grupos de diversas faixas etárias. Desenvolver apresentações para datas comemorativas ou quando for solicitado pela Coordenação.	viços I	MESES	1,00	4.112,40	4.112,40

		,
TOOTE A TOO	TY	TO A TO A NY A
L A I II I	1 11 1	PARANA
	1/\/	PARANA
4440		

	Formação mínima: Ensino Médio Completo	
OTAL		26.731,05

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA:

2.1. A vigência do Contrato será de **04 (quatro) meses**, a contar da assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Nova Santa Bárbara.

CLÁUSULA TERCEIRA – REQUISITOS COMUNS A TODOS OS INSTRUTORES

3.1. Comprovação de escolaridade mínima exigida deverá ser de Ensino Médio Completo, exceto para o Educador Físico que deverá possuir graduação completa em Educação Física, e, de acordo com as habilidades descritas no termo de referência, cuja capacidade técnica de cada oficineiro será avaliada constantemente pela Secretaria Municipal de Assistência Social por meio de visitas e avaliação junto aos demandados.

3.2. Metodologia dos Trabalhos

- 3.2.1. Os serviços serão executados mediante supervisão da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Emprego onde cada serviço deverá ser oferecido numa carga horária, dia, horário e local de acordo com a necessidade demandada;
- 3.2.2. A execução dos serviços obedecerá às normas técnicas aplicáveis;
- 3.2.3. Poderão ser expedidas normas complementares pelo Município de Nova Santa Bárbara;

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES, DEFINIÇÃO E DETALHAMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. EXECUÇÃO:

- 4.1.1. Executar os serviços, obedecendo rigorosamente a Tipificação dos Serviços para a Proteção Social Básica e Especial devendo fornecer serviços qualificados para execução e desenvolvimento das atividades nas oficinas e cursos.
- 4.1.2. A realização dos cursos e oficinas serão de acordo com a necessidade e cronograma de atividades constantes no Planejamento do SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, autorizada pelas coordenações da gestão da Proteção Social Básica e Especial, nos horários e locais previstos pela coordenação;
- 4.1.3. Os dias e os horários das atividades serão definidos conforme o planejamento da Secretaria de Assistência Social/CRAS/CREAS, portanto, o profissional deve estar ciente da necessidade de disponibilidade de horário para atender as necessidades do Serviço;
- 4.1.4. O profissional deverá expedir relatório da atividade grupal com fotos, com suas ocorrências, juntamente com a lista de presença ao término de cada atividade, para apreciação/ intervenção da equipe técnica dos serviços.
- 4.1.5. Identificar o perfil dos usuários e acompanhar a sua evolução nas atividades desenvolvidas;
- 4.1.6. Informar ao profissional da equipe de referência a identificação de contextos familiares quanto ao desenvolvimento dos usuários em seus múltiplos aspectos (emotivos, de atitudes, etc.);
- 4.1.7. Coordenar o desenvolvimento das atividades realizadas com os usuários sob sua responsabilidade:

ESTADO DO PARANÁ

- 4.1.8. Manter arquivo da documentação dos grupos, incluindo os formulários de registro das atividades e de acompanhamento dos usuários;
- 4.1.9. Realizar planejamento juntamente com as equipes de referência de todas as ações a serem desenvolvidas;
- 4.1.10. Mediar e facilitar o processo de socialização entre os usuários;
- 4.1.11. Desenvolver conteúdos e atividades que lhe são atribuídos no Traçado Metodológico de cada Serviço/Programa/Projeto seguindo o plano de ação de cada Serviço;
- 4.1.12. Participar de atividades com as famílias, bem como auxiliar em seu acompanhamento;
- 4.1.13. Participar na construção do projeto de vida do usuário, do idoso e outros, executando proposta pedagógica definida pela instituição de forma a permitir redimensionar hábitos, valores com a perspectiva de formação para o exercício da cidadania.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

- 6.1. O valor total da contratação é de R\$ 26.731,05, (vinte e seis mil, setecentos e trinta e um reais e cinco centavos).
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será feito em até **30 (trinta) dias** após à prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando a secretaria solicitante atestar a execução do objeto do contrato.
- 7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante apresentação da certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS CRF.
- 7.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.4.1. a data da emissão:
- 7.4.2. os dados do contrato e do órgão gerenciador;
- 7.4.3. o período de prestação dos serviços;
- 7.4.4. o valor a pagar; e
- 7.4.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

ESTADO DO PARANÁ

- 7.5. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Órgão Gerenciador.
- 7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Órgão Gerenciador.
- 7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.8. Persistindo a irregularidade, a contratada deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada à ampla defesa.
- 7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.9.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

 $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) I = 0.00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

 $R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

- lº = índice inicial refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta no credenciamento;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 9.1. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 9.2. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas no objeto licitado.
- 9.3. Expedir as ordens de serviços indicando os locais e as condições em que os serviços serão executados.
- 9.4. Efetuar o pagamento das obrigações financeiras advindas da contratação;
- 9.5. Fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 São obrigações dos Contratados, além de outras decorrentes da natureza do contrato:
- 10.1.1. Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da licitação, com observância dos prazos e condições gerais fixados no Edital e seus respectivos anexos.
- 10.1.2 Responsabilizar-se por despesas e encargos relacionados à prestação dos serviços licitados, além da contratação e pagamento dos trabalhadores para a execução das atividades previstas, caberá à empresa as responsabilidades legais da referida contratação, incluindo encargos sociais e outras prerrogativas previstas na legislação trabalhista;
- 10.1.3 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos equipamentos necessários aos serviços, com exceção daqueles fornecidos pela Prefeitura.
- 10.1.4 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros.
- 10.1.5 Observar as normas técnicas e jurídicas aplicáveis ao serviço.

- 10.1.6. Elaboração e entrega dos relatórios mensais de acompanhamento dos serviços, que deverão ser entregues à Secretaria Municipal de Assistência Social do Trabalho e Geração de Emprego, no primeiro dia útil do mês subsequente ao fim do mês trabalhado, abordando informações qualitativas e quantitativas, incluindo os seguintes elementos:
- Lista de atividades realizadas;
- Lista de presenças das atividades realizadas;
- Ficha de avaliação das atividades;
- Registros fotográficos;
- 10.1.7. Nesses relatórios deverão ser justificados os entraves e dificuldades encontradas, aquelas que porventura não foram desenvolvidas, incluindo avaliação do trabalho realizado.

10.1.8. São atribuições dos instrutores:

- a) Realizar planejamento da oficina e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registradas no planejamento;
- b) Registrar a frequência diária dos usuários;
- c) Participar das reuniões com a coordenação;
- d) Avaliar o desempenho dos usuários;
- e) Participar das atividades de capacitação quando solicitado;
- f) Desenvolver a oficina com conteúdo teóricos e práticos, ensinando a conhecer os processos históricos e toda construção do fazer da atividade;
- g) Fiscalizar e zelar pelo manuseio dos materiais disponibilizados para as oficinas;
- h) Possibilitar a ampliação do universo artístico, cultural, esportivo e lúdico das crianças, adolescentes, adultos e idosos, bem como, estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- i) Participar da execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- j) Trabalhar de maneira a contribuir com o equilíbrio emocional, autoconhecimento, integração social, a capacidade de ouvir, perceber e discriminar diferentes gêneros, estilos, ritmos, sensações e pensamentos;
- k) Trabalhar para elevar a autoestima e autoconfiança dos usuários.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- ESTADO DO PARANÁ
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

ESTADO DO PARANÁ

- 11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.
- 12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias especificas para o ano em exercício abaixo indicadas e nos exercícios subsequentes, as despesas correrão por conta da dotação que for prevista para atender as obrigações de mesma natureza.

DOTAÇÕES						
Conta despesa	da Funcional programática	Fonte recurso	de Natureza da despesa	Grupo da fonte		
3030	09.002.08.244.0400.2034	741	3.3.90.39.00.00	Do Exercício		
3104	09.003.08.243.0410.6035	786	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores		
3104	09.003.08.243.0410.6035	786	3.3.90.39.00.00	Do Exercício		
3211	09.004.08.241.0420.2037	787	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores		
3211	09.004.08.241.0420.2037	787	3.3.90.39.00.00	Do Exercício		

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8°, §2°, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1. Os fiscais serão responsáveis por acompanhar a entrega a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

ESTADO DO PARANÁ

17.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratada ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO (art. 92, §1°)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Jerônimo da Serra - PR, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

Nova Santa Bárbara, 13/12/2024.



Claudemir Valério

Prefeito Municipal - Contratante

Marcos Roberto Silva

Marcos Roberto Silva e Cia Ltda - Contratada

Thainá de Oliveira Rocha

Chefe da Divisão do CRAS

Fiscal - Portaria nº 81/2024

A fiscal do contrato nº 114/2024 - Oficinas



De Licitação <licitacao@nsb.pr.gov.br>

Para Thaioliveirarocha < thaioliveirarocha@gmail.com >, Asocialnsb < asocialnsb@gmail.com >

Data 13/12/2024 08:11

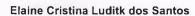
114 2024 - Contrato Credenciamento 4 2024 - Oficinas - Marcos.pdf (~262 KB)

333

Bom dia,

Em anexo, segue a cópia do contrato nº 114/2024, decorrente do Credenciamento nº 4/2024 – Inexigibilidade nº 5/2024, firmado com a empresa MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 27.096.519/0001-71, cujo objeto é a contatação de pessoa jurídica, para o desenvolvimento de atividades de formação, capacitação e instrução, para atuarem nas Oficinas Culturais, Oficinas de Artesanato, Oficinas com atividades físicas/esportivas, oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Emprego, a fim de que o mesmo seja acompanhado, assegurando-se o cumprimento integral das obrigações assumidas.

Att,



Telefone/WhatsApp - 43-3266-8114



Licitação

R Nova Santa Bárbara - Paraná

(43) 3266-8100

@ Ilcitacao@nsb.pr.gov br



Diário Oficial Eletrônico

Município de Nova Santa Bárbara - Paraná CLAUDEMIR VALÉRIO - Prefeito Municipal

Edição Nº 2849 - Nova Santa Bárbara, Paraná SEXTATA-FEIRA 13 DE DEZEMBRO DE 2024.

PODER EXECUTIVO

Ano VIII
IMPRENSA OFICIAL –
Lei n° 660, de 02 de
abril de 2013.

Responsável pela Edição: FLAVIO HENRIQUE SOTTO MOREIRA BRANCO

I - Atos do Poder Executivo

Edição: 2849/2024-|01| - Data 13/12/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 114/2024

REF.: Credenciamento nº 4/2024 - Inexigibilidade nº 5/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA SANTA BÁRBARA, pessoa jurídica de direito publico interna, inscrita no CNPJ sob o nº 95.561.080/0001-60, com sede administrativa na Rua Walfredo Bittencourt de Moraes, 222.

CONTRATADA: MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 27.096.519/0001-71, com endereço à Rua Jose Mendes de Moraes, 45 - CEP: 86250000 - Bairro: Centro, Nova Santa Bárbara/PR.

OBJETO: Contatação de pessoa jurídica, para o desenvolvimento de atividades de formação, capacitação e instrução, para atuarem nas Oficinas Culturais, Oficinas de Artesanato, Oficinas com atividades físicas/esportivas, oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Emprego.

VALOR: R\$ 26.731,05, (vinte e seis mil, setecentos e trinta e um reais e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, ou seja, até 12/04/2025.

SECRETARIA: Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Empregos.

RECURSOS: Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e Geração de Empregos.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Carlos Eduardo da Silva, OAB/PR nº 118.675.

DATA DE ASSINATURA CONTRATO: 13/12/2024.

Edição: 2849/2024-|02| - Data 13/12/2024

EXTRATO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/2024.

REF.: Tomada de Preços nº 10/2023

PARTES: Município de Nova Santa Bárbara, pessoa jurídica de direito publico interna, inscrita no CNPJ sob o nº 95.561.080/0001-60, com sede administrativa na Rua Walfredo Bittencourt de Moraes, 222, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Sr. Claudemir Valério, e a empresa URBAN GREEN SERVICOS URBANISTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 26.453.541/0001-69, com sede na Rua Paulo Prontin, 145 - CEP: 86061260 - Bairro: Itamarati, Londrina/PR.

OBJETO: Execução de pavimentação de vias urbanas em Paver.

VALOR DA SUPRESSÃO: R\$ 1.630,96 (um mil, seiscentos e trinta reais e noventa e seis centavos).

SECRETARIA: Secretaria Municipal de Obras.

RECURSOS: Secretaria Municipal de Obras.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Carmen Cortez Wilcken, OAB/PR nº 22.932.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO DE ADITIVO: 13/12/2024.

Contrato nº 114/2024

Ültima atualização 17/12/2024

Local: Nova Santa Bárbara/PR Órgão: MUNICIPIO DE NOVA SANTA BARBARA

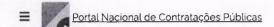
Unidade executora: 8 - Secretaria do Bem Estar Social e do Trabalho

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 114 Categoria do processo: Serviços

Id contrato PNCP: 95561080000160-2-000087/2024 Fonte: Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Id contratação PNCP: 95561080000160-1-000038/2024

Objeto:



Q 🚨 Entrar

de Assistencia Social, do Trabalho e Geracao de Emprego

VALOR CONTRATADO

R\$ 26.731,05

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 27.096.519/0001-71 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: MARCOS ROBERTO SILVA E CIA LTDA

Arquivos Histórico





Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sitio eletrônico oficial destinado à divutgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comité Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764 de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o ali 313 6 comite.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Engle

Texto destinado a exibicão de informações relacionadas a ticenca de uso.

TERMO DE JUNTADA DE FOLHA NO PROCESSO LICITATÓRIO DE INEXIGIBILIDADE Nº 5/2024

Aos 18 dias do mês de dezembro de 2024, lavrei o presente termo de juntada de folhas no processo de Inexigibilidade n° 5/2024, numeradas do n° 304 ao 337, que corresponde a este termo.

Luiz Flávio dos Santos Setor de Licitações